



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA
Av. Carlos Gomes, S/N – Bairro: Arigolândia – Porto Velho (RO) – CEP: 78900-000 – Fone (Fax): 3901.3108
- PROTOCOLO -

**NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – OS PROPRIETÁRIOS OU TITULARES DE
IMÓVEL CUJA ÁREA CONSTITUA RESERVA FLORESTAL DEFINIDA
PELO PODER PÚBLICO**

Formulário XX

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

_____ com domicílio à rua/av _____ nº _____ conjunto _____ bloco _____ Qd. _____ bairro _____, Inscrição Cadastral Imobiliária _____ fone _____ celular _____, brasileiro (a), estado civil _____, nos termos do artigo 36, III, da Lei Complementar nº. 199 de 21 dezembro de 2004, que concede **NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – OS PROPRIETÁRIOS OU TITULARES DE IMÓVEL CUJA ÁREA CONSTITUA RESERVA FLORESTAL DEFINIDA PELO PODER PÚBLICO**, vem requerer, respeitosamente a V. Sr.^a, se digne outorgar-lhe a referida não incidência.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Contribuinte ou Representante Legal
CPF:

➤ Documentos Necessários

XX. NÃO INCIDÊNCIA DO IPTU – OS PROPRIETÁRIOS OU TITULARES DE IMÓVEL CUJA ÁREA CONSTITUA RESERVA FLORESTAL DEFINIDA PELO PODER PÚBLICO – art. 36, III da LC 199/04:

- a) Requerimento específico;
- b) Documentos pessoais do requerente habilitado (RG e CPF se pessoa física ou Atos Constitutivos e CNPJ se pessoa jurídica);
- c) Documento comprobatório da propriedade do imóvel;
- d) Documento expedido pelo órgão competente, que comprove a constituição da área como reserva florestal;
- e) Taxa de abertura de processo, devidamente paga;

➤ OBS:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência;
- b) A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas.

O cumprimento integral das exigências constantes da presente instrução nº. 005/2009 é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado, cuja inobservância, por parte do requerente, determina o seu respectivo arquivamento.